



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I

Dos Objetivos

ARTIGO 1º - As atividades do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCAm) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) abrangem estudos interdisciplinares na interface entre as Ciências Humanas e Naturais, contemplando novas abordagens sobre as atuais questões e desafios ambientais.

Parágrafo único - O PPGCAm visa a formação de recursos humanos com condições para o desenvolvimento de estudos interdisciplinares que demonstrem o domínio dos instrumentos conceituais e metodológicos essenciais nas Ciências Ambientais, qualificando-o como pesquisador e docente de nível superior, através de trabalhos de investigação e de ensino.

ARTIGO 2º - O PPGCAm compreende os cursos de Mestrado e de Doutorado, conduzindo, respectivamente, aos títulos de Mestre e Doutor em Ciências Ambientais.

§ 1º - O Mestrado visa possibilitar ao pós-graduando as condições para o desenvolvimento de estudos interdisciplinares que demonstrem o domínio dos instrumentos conceituais e metodológicos essenciais nas Ciências Ambientais, qualificando-o como pesquisador e docente de nível superior, por meio de trabalhos de investigação e de ensino.

§ 2º - O Doutorado, além de incorporar os objetivos do Mestrado, visa à produção, pelo doutorando, de um trabalho de investigação interdisciplinar que representa uma contribuição real, original e criativa nas Ciências Ambientais e que demonstre sua qualificação para formar pessoal nos níveis de Mestrado e Doutorado.

ARTIGO 3º - O PPGCAm possui uma única área de concentração, *Ciências Ambientais*.

Parágrafo único - A criação de novas áreas de concentração ou linhas de pesquisa no PPGCAm deverá ser proposta pelos docentes interessados para análise e aprovação da Comissão de Pós-Graduação do PPGCAm, que a encaminhará ao Conselho de Pós-Graduação (CoPG) da UFSCar para avaliação.



TÍTULO II

Da Coordenação do Programa

ARTIGO 4º - O PPGCAm será coordenado pela sua Comissão de Pós-Graduação (CPG).

ARTIGO 5º - A CPG será composta por seis membros efetivos: um Coordenador e um Vice-Coordenador, necessariamente pertencentes ao quadro docente da UFSCar e responsáveis pelo Programa perante o CoPG; três representantes do corpo docente (um de cada linha de pesquisa); e um representante do corpo discente.

§ 1º - Terão direito a voto nas reuniões da CPG os representantes titulares, ou em sua ausência, os suplentes dos docentes e discentes. As reuniões deliberativas da CPG ocorrerão apenas com presença de mais da metade de seus membros.

§ 2º - O mandato do Coordenador e Vice-Coordenador, bem como dos representantes docentes e seus suplentes será de dois anos, permitida uma recondução; o mandato dos representantes discentes é de um ano, sendo permitida uma recondução.

§ 3º - A escolha dos representantes do corpo docente e do corpo discente na CPG será feita, respectivamente, pelos docentes credenciados no Programa e pelos discentes regularmente matriculados nos seus cursos, mediante eleição conforme normas complementares aprovadas pela CPG.

§ 4º - O Coordenador e o Vice-Coordenador, presidente e vice-presidente da CPG, respectivamente, serão eleitos pelos docentes do Programa e alunos regularmente matriculados nos seus cursos, através de eleição paritária com voto ponderado.

§ 5º - Em caso de vacância ou impedimento do Coordenador e do Vice-Coordenador, a presidência temporária da CPG será exercida por um dos seus representantes docentes, indicado em reunião.

§ 6º - A eleição dos membros da CPG será convocada pelo coordenador e realizada até 30 dias antes do término do mandato dos membros em exercício.

ARTIGO 6º - São atribuições da CPG:

I- elaborar, aprovar e publicar o calendário de atividades do Programa e o calendário de atividades e de reuniões da CPG;

II- organizar e publicar, semestralmente, o elenco das disciplinas de pós-graduação a serem ministradas, em tempo hábil para sua ampla distribuição e divulgação;

III- organizar e publicar, sempre que necessário, versões atualizadas do Catálogo e do Regimento Interno do PPGCAm;

IV- constituir Comissão para realização do Processo Seletivo Discente;

V- homologar os editais e os resultados do Processo Seletivo Discente;

VI- organizar, aprovar e publicar a cada Edital do Processo Seletivo Discente a lista dos docentes do Programa com disponibilidade de orientação;

- VII-** receber e julgar os pedidos de inscrição em disciplinas e nos cursos do Programa;
- VIII-** homologar as designações e substituições de orientadores;
- IX-** julgar os programas de estudo e de pesquisa dos candidatos;
- X-** tomar as providências para a realização dos exames de proficiência em língua inglesa, de qualificação e das defesas de Dissertação e Tese;
- XI-** homologar os editais e os resultados do Processo Eleitoral de sucessão da CPG;
- XII-** constituir bancas e comissões julgadoras e homologar as suas decisões;
- XIII-** responsabilizar-se pelos contatos com as instituições de fomento à pós-graduação bem como com programas de pós-graduação afins;
- XIV-** solicitar e administrar a distribuição de bolsas de pós-graduação;
- XV-** organizar avaliações de desempenho de docentes e discentes do Programa;
- XVI-** deliberar, em cada caso, sobre contribuições, parcerias, intercâmbios, colaborações de instituições e docentes não pertencentes ao Programa;
- XVII-** convocar reuniões da Assembleia de Docentes do Programa, sempre que necessário;
- XVIII-** elaborar e aprovar o orçamento financeiro do Programa;
- XIX-** analisar, julgar e deliberar a respeito de solicitações e casos excepcionais.

ARTIGO 7º - São atribuições da CPG, após consulta prévia à Assembleia de Docentes do PPGCAM:

- I-** deliberar sobre modificações no Regimento Interno do PPGCAM;
- II-** deliberar sobre alterações da estrutura curricular acadêmica do Programa;
- III-** aprovar o Regulamento do Processo Eleitoral de sucessão da CPG;
- IV-** aprovar o Regulamento de Credenciamento e Descredenciamento do PPGCAM;
- V-** deliberar sobre o credenciamento ou descredenciamento de docentes do Programa;
- VI-** deliberar sobre situações que impliquem na violação do presente Regimento;
- VII-** aprovar o Regulamento e Edital do Processo Seletivo de Ingresso Discente no Programa;
- VIII-** aprovar as Normas Específicas do Exame de Qualificação e do Exame de Proficiência em Língua Estrangeira.

ARTIGO 8º - São atribuições do Coordenador do PPGCAM:

- I-** coordenar a execução dos programas de ensino e pesquisa do Programa e executar os atos administrativos pertinentes à função;
- II-** convocar e presidir as reuniões da CPG;

- III- encaminhar pedidos de auxílio e autorizar despesas de acordo com o orçamento financeiro do Programa aprovado pela CPG;
- IV- representar o Programa onde e quando se fizer necessário;
- V- supervisionar o cumprimento do disposto no presente Regimento.

ARTIGO 9º - A Secretaria de Pós-Graduação é o órgão executor dos serviços administrativos relacionados ao PPGCAm, cabendo-lhe as seguintes atribuições:

- I- providenciar a expedição de diplomas, certificados, atestados e demais documentos necessários;
- II- publicar os editais de inscrição do Processo Seletivo Discente e divulgar os seus resultados;
- III- abrir inscrições e receber pedidos de inscrição de interessados em disciplinas e nos cursos do Programa;
- IV- organizar e divulgar amplamente o horário das disciplinas a cada período;
- V- registrar conceitos, frequências e créditos a cada período e organizar o cadastro e histórico escolar dos discentes do Programa;
- VI- informar os docentes e discentes do Programa sobre as decisões da CPG;
- VII- encaminhar processos de pedido de bolsas de estudo e manter atualizado cadastro de bolsistas;
- VIII- divulgar o calendário de atividades do Programa;
- IX- divulgar o calendário de atividades e de reuniões da CPG;
- X- secretariar as reuniões da CPG, redigindo as atas e mantendo os registros em Atas de suas discussões e pareceres;
- XI- disponibilizar em arquivo digital na rede mundial de computadores as pautas de reuniões da CPG e de Assembleias com antecedência mínima de 48 horas;
- XII- disponibilizar em arquivo digital na rede mundial de computadores os resultados de reuniões da CPG em até 72 horas após as reuniões;
- XIII- coletar e digitar dados e informações para os relatórios à CAPES;
- XIV- preparar relatórios demonstrativos de execução orçamentária do Programa;
- XV- assessorar na execução das demais atividades relacionadas ao PPGCAm.

Parágrafo único - As solicitações e os documentos a serem analisados e deliberados nas reuniões da CPG deverão ser encaminhados à Secretaria do Programa com 48 horas de antecedência à realização das mesmas.

Do Corpo Docente

ARTIGO 10 - O corpo docente do PPGCAm será constituído de docentes e pesquisadores portadores do título de Doutor com experiência em pesquisa na área de concentração do Programa, para oferta de disciplinas e orientação de discentes sendo credenciados pela CPG e homologados pelo CoPG.

§ 1º -Para o credenciamento de docentes no PPGCAm será exigido o título de Doutor e o exercício de atividade criadora, demonstrado pela produção de trabalhos científicos de validade comprovada em sua área de pesquisa.

§ 2º -Cabe à CPG analisar a renovação do credenciamento do corpo docente do Programa, em vista da contribuição didática e científica, e do desenvolvimento das atribuições de cada docente no período. Tal análise deverá ocorrer no mínimo uma vez a cada período de avaliação plurianual do Programa pela CAPES.

§ 3º -O credenciamento e descredenciamento de docentes no Programa serão regidos por normas complementares aprovadas pela CPG.

§ 4º -Os docentes serão credenciados como Permanentes, Colaboradores e Visitantes, de acordo com normas em vigor da CAPES e normas complementares aprovadas pela CPG.

§ 5º -Professores de outras instituições de ensino superior poderão ser credenciados como Colaboradores junto ao PPGCAm, bem como pesquisadores especialmente convidados pela CPG, com homologação do CoPG, de acordo com normas complementares aprovadas pela CPG.

§ 6º -Docentes aposentados da Instituição poderão continuar no exercício de atividades acadêmicas e de pesquisa, e credenciados junto ao PPGCAm, desde que devidamente autorizados pela Chefia do Departamento ao qual esteja atualmente vinculado, para utilização do espaço físico e equipamentos alocados no mesmo.

§ 7º -O número de Docentes Colaboradores não poderá ultrapassar 30% do total do Corpo Docente.

§ 8º - Ao menos 50% dos Docentes Permanentes devem estar exclusivamente alocados no PPGCAm.

§ 9º -Poderão ser autorizados a ministrar disciplinas no PPGCAm, na categoria de Docente Visitante, professores ou pesquisadores de outras instituições, nacionais ou estrangeiras, convidados pela CPG especificamente para tal finalidade.

ARTIGO 11 - Os docentes credenciados no PPGCAm terão as seguintes atribuições:

I- ministrar, pelo menos uma vez a cada dois anos, disciplinas oferecidas pelo Programa, bem como outras atividades didáticas de interesse do Programa;

II- desenvolver projetos de pesquisa;

III- orientar discentes regularmente matriculados no Programa, em suas dissertações ou teses;

- IV-** participar de Bancas Examinadoras do Programa;
- V-** participar de assembleias do PPGCAM, de Comissões do Programa, assim como do Processo Eleitoral da CPG e do Processo Seletivo Discente;
- VI-** prestar à Coordenação todas as informações necessárias à elaboração de relatórios, processos de credenciamento ou reconhecimentos de Cursos do Programa, pareceres, etc.;
- VII-** desempenhar outras atividades dentro dos dispositivos regulamentares do Programa;
- VIII-** responsabilizar-se pela alocação e disponibilidade de laboratório (espaço físico, equipamentos e reagentes) para as orientações de discentes.

Parágrafo único - Docentes credenciados que não estiverem atuando em atividade de orientação e ensino no PPGCAM serão automaticamente descredenciados para o período, ficando o reconhecimentos sujeito, necessariamente, ao exercício de atividade de orientação e avaliação da produtividade científica do período em questão, conforme normas complementares aprovadas pela CPG.

TÍTULO IV

Do Corpo Discente

ARTIGO 12 - O Corpo Discente do PPGCAM é constituído pelos alunos regularmente matriculados nos seus cursos de Mestrado e Doutorado, portadores de diploma registrado de curso de graduação reconhecido ou em processo de reconhecimento pelo Ministério da Educação.

ARTIGO 13 - O ingresso no Programa como aluno regular se dará mediante aprovação em Processo Seletivo Discente realizado segundo normas complementares estabelecidas pela CPG.

§ 1º - A admissão de discentes regulares no PPGCAM é condicionada à possibilidade de oferecimento das disciplinas obrigatórias e à capacidade de orientação do curso, comprovada mediante a existência de orientadores com disponibilidade para esse fim e das condições de suporte à pesquisa e ao ensino de pós-graduação.

§ 2º - Os candidatos aprovados no exame de seleção poderão ser beneficiados com bolsas, de acordo com sua disponibilidade, seguindo-se os Critérios de Atribuição de Bolsas, conforme normas complementares aprovadas pela CPG.

§ 3º - Estudantes que tenham bolsa de estudos de doutorado previamente aprovadas por agências de fomento poderão ser admitidos no curso de doutorado do PPGCAM através de seleção realizada por comissão especialmente designada para este fim, nomeada pela CPG. O número de vagas e os critérios para o ingresso estarão descritos em normas complementares estabelecidas pela CPG.

ARTIGO 14 - A matrícula nos Cursos de Pós-Graduação como discente regular é feita mediante a apresentação dos documentos e comprovantes da conclusão de Curso de Graduação, além de outros exigidos pelo PPGCAm, e tem a sua efetivação condicionada à homologação pela CPG.

§ 1º - Para a matrícula no curso de mestrado é exigida a apresentação de documentos comprovantes da conclusão de Curso de Graduação.

§ 2º - Para a matrícula em curso de doutorado de discentes portadores de diplomas de mestre, é exigida a apresentação de documentos comprovantes da conclusão de Curso de Mestrado.

§ 3º - No caso de estudantes estrangeiros, o aceite dos documentos comprobatórios de conclusão dos cursos de Graduação e Mestrado não corresponde à equivalência dos cursos, servindo apenas para ingresso no PPGCAm.

§ 4º - A responsabilidade quanto à autenticidade dos documentos apresentados é exclusiva do estudante.

§ 5º - A matrícula dos discentes regulares deve ser renovada semestralmente, mediante parecer do orientador sobre a previsão de atividades no período compreendido pela matrícula, sob pena de serem considerados desistentes do curso e desligados do PPGCAm.

§ 7º - A matrícula de um docente ou um funcionário da UFSCar como aluno regular do Programa somente será aceita se houver aprovação do Departamento ou setor ao qual o docente ou funcionário está vinculado.

§ 8º - É vedada a matrícula nos cursos do PPGCAm a candidatos que tenham sido desligados de qualquer programa de pós-graduação por desempenho acadêmico insatisfatório em disciplinas, salvo justificativa a ser analisada pela CPG.

§ 9º - É vedada a matrícula nos cursos do PPGCAm a candidatos que tenham sido desligados do PPGCAm, salvo justificativa a ser analisada pela CPG.

ARTIGO 15 - Portadores de diplomas de graduação poderão se inscrever como aluno especial em vagas remanescentes de disciplinas não ocupadas por discentes regulares do PPGCAm.

Parágrafo único - A aceitação da inscrição nas disciplinas está condicionada à anuência do docente responsável pela disciplina e à aprovação da CPG.

ARTIGO 16 - A CPG pode aceitar a inscrição de aluno visitante, do país ou do exterior, portador de diploma de graduação, proveniente de intercâmbio decorrente de convênio aprovado nos órgãos competentes da Universidade ou de convênio/programa de agência de fomento que independe da aprovação nos órgãos competentes da Universidade, por um período de um a doze meses, podendo ser prorrogado por até seis meses.

Parágrafo único - O aluno visitante estrangeiro deve apresentar à CPG o visto de entrada e permanência no país.

ARTIGO 17 - A admissão de discentes sem título de mestre no Curso de Doutorado (Doutorado Direto) nas seguintes situações:

- a) discentes regularmente matriculados do Curso de Mestrado do PPGCAm que possuam projeto de pesquisa compatível com o nível de Doutorado e comprovada experiência profissional e capacidade acadêmica ao desenvolvimento deste projeto, e que estejam de acordo com o Regulamento de Processo Seletivo Discente;
- b) candidatos ao Curso de Doutorado portadores do diploma de graduação aprovados pelo Processo Seletivo Discente de Doutorado Direto, de acordo com normas contidas no Regulamento de Processo Seletivo Discente.

Parágrafo único - A admissão no Curso de Doutorado na forma prevista na alínea “a” implicará em:

- I- reconhecimento automático de todos os créditos em disciplinas integralizados enquanto discente do Curso de Mestrado;
- II- contagem do período em que o discente esteve matriculado no Curso de Mestrado para determinação do prazo para a realização da defesa de Tese.

TÍTULO V

Da Orientação

ARTIGO 18 - A orientação do discente será realizada por docente credenciado no Programa e está condicionada à aceitação pelo orientador. A atribuição da orientação será efetivada após o ingresso oficial do discente no Programa, respeitando-se o número máximo de vagas disponíveis por docente.

§ 1º - A substituição de orientador poderá ser solicitada à CPG em casos excepcionais, tanto pelo discente quanto pelo orientador, com as devidas justificativas formalizadas pelo requerente.

§ 2º - Cada docente do Programa poderá orientar, simultaneamente, um número máximo de 12 discentes em programas de pós-graduação, excluídos dessa contagem os discentes que tenham fixado a data de defesa da dissertação ou tese. Docentes com bolsa de produtividade CNPq ou equivalente poderão orientar simultaneamente até 15 discentes em programas de pós-graduação.

ARTIGO 19 - Com as devidas justificativas, um docente ou pesquisador com titulação mínima de Doutor, não necessariamente credenciado no Programa, interno ou externo à instituição, poderá ser oficialmente reconhecido como coorientador de uma dissertação ou tese, a critério do orientador.

§ 1º - O reconhecimento será feito nas seguintes circunstâncias:

I – o caráter interdisciplinar da dissertação ou tese, requerendo a orientação parcial de um especialista em uma área diferente daquela de domínio do orientador;

II – a ausência prolongada do orientador, requerendo a sua substituição por docente com qualificações equivalentes, para a execução do projeto de dissertação ou tese;

III – a execução do projeto de dissertação ou tese em outra instituição, havendo mais de um responsável pela orientação;

IV – previsão em acordos de cotutela ou de cooperação internacional.

§ 2º - O reconhecimento será feito pela CPG, com comunicação ao CoPG, sem processo formal de credenciamento quando o coorientador não for do quadro docente, exceto no caso previsto no inciso II do parágrafo 1º deste artigo;

§ 3º - O coorientador terá as mesmas responsabilidades do orientador e poderá, a critério da CPG, participar da Comissão Julgadora da Dissertação ou Tese.

ARTIGO 20 - A orientação de alunos pode ser exercida concomitantemente por um ou mais docentes pertencentes à instituição estrangeira, em regime de coorientação, conforme estabelecido em acordo de cotutela de tese ou convênio específico, observada a legislação vigente.

§ 1º - A orientação em regime de cotutela pressupõe a existência de um convênio assinado entre a UFSCar e a instituição parceira, após análise e aprovação do CoPG.

§ 2º - O convênio deve reconhecer a dupla titulação ao aluno, a partir de regras explícitas sobre o período de estágio, as disciplinas cursadas e as atividades de pesquisa desenvolvidas em cada uma das instituições parceiras.

§ 3º - O convênio deve assegurar o reconhecimento dos créditos referentes às atividades realizadas nas duas instituições.

ARTIGO 21 - O termo de convênio de Cotutela de Tese deve estabelecer também:

I – As atividades a serem desenvolvidas pelo aluno em cada uma das instituições, o que inclui o projeto de pesquisa e suas etapas;

II – As obrigações de cada orientador, que devem ser formalizadas em documento assinado por ambos;

III – As obrigações financeiras cabíveis a cada instituição, mencionando a atribuição de Bolsas quando for o caso;

IV – As condições para a defesa de tese, incluindo o local, número de participantes de cada instituição, o formato e o(s) idioma(s) em que será defendida e os critérios de avaliação e titulação.

TÍTULO VI

Dos Créditos

ARTIGO 22 - A integralização dos estudos necessários aos cursos de Mestrado ou de Doutorado é expressa em unidades de crédito.

§ 1º - Cada unidade de crédito corresponde a 15 (quinze) horas de atividades programadas, compreendendo aulas, seminários, trabalhos de laboratório ou de campo e estudos individuais.

§ 2º - A conclusão do Mestrado exige a integralização de 100 (cem) créditos e a conclusão do Doutorado, de 200 (duzentos) créditos.

ARTIGO 23 - As propostas de criação ou alteração de disciplinas devem ser acompanhadas de justificativa e caracterizadas por código, nome, ementa detalhada, carga horária, número de créditos e corpo docente responsável por seu oferecimento.

§ 1º - Não serão consideradas as propostas de criação ou alteração de disciplinas que signifiquem duplicação de objetivos em relação a outra disciplina já existente.

§ 2º - Disciplinas que tenham o objetivo de atender aspectos particulares da área de concentração do curso serão oferecidas como “Tópicos Especiais em Ciências Ambientais” e caracterizadas a cada oferta.

§ 3º - São permitidas disciplinas ministradas em outros idiomas, segundo autorização da CPG e comunicação à ProPG.

ARTIGO 24 - A estrutura curricular do PPGCAm prevê um mínimo de 35 (trinta e cinco) créditos em disciplinas para a integralização dos estudos de um Mestrado, sendo 6 (seis) créditos em disciplinas obrigatórias, e um mínimo de 55 (cinquenta e cinco) créditos em disciplinas para a integralização dos estudos de Doutorado, sendo 6 (seis) créditos em disciplinas obrigatórias.

§ 1º - As alterações curriculares devem ser aprovadas em Assembleia de Docentes, homologadas pela CPG e pelo CoPG.

§ 2º - A critério da CPG, os candidatos ao Doutorado portadores do título de Mestre no PPGCAm poderão ter os créditos obtidos nesse último curso contados para o Doutorado.

ARTIGO 25 - A integralização dos créditos em disciplinas para o Curso de Mestrado deve ser feita no prazo máximo de dois anos, e para o Doutorado no prazo máximo de dois anos e meio, contados a partir da data da matrícula no Curso.

Parágrafo único - Aos alunos que não tenham usufruído de bolsa para realizar o Curso, pode ser concedido o prazo de mais um período letivo para a conclusão dos créditos em disciplinas.

ARTIGO 26 - A critério da CPG e por proposta do orientador, disciplinas de Pós-Graduação cursadas como aluno regular ou especial em outro curso de mestrado ou doutorado, podem ser reconhecidas até o máximo de 12 créditos em disciplinas optativas para o mestrado e 22 créditos em disciplinas optativas para o doutorado, desde que cursadas durante o seu curso ou no máximo 3 (três) anos antes da matrícula no curso.

§ 1º - Para estabelecimento da equivalência de créditos cursados em outras instituições, a CPG deve analisar criteriosamente os conteúdos, estruturas e horas de atividades compreendidas nas disciplinas, consideradas caso a caso.

§ 2º - A critério da CPG, poderão ser convalidadas todas as disciplinas cursadas no próprio programa, como aluno especial, desde que cursadas no máximo três anos antes da matrícula como aluno regular do curso.

§ 3º - Disciplinas de pós-graduação cursadas pelos discentes regulares do PPGCAM em outros cursos de pós-graduação reconhecidos pela CAPES, terão seus créditos reconhecidos como disciplinas de transferência no Histórico Escolar, mantendo a avaliação e a frequência obtidas no curso externo e contendo a equivalência de créditos a elas conferidas.

ARTIGO 27 - O aproveitamento em cada disciplina será avaliado de acordo com os critérios do professor responsável, de acordo com os seguintes níveis de avaliação:

A - Excelente, com direito aos créditos da disciplina;

B - Bom, com direito aos créditos;

C - Regular, com direito aos créditos;

D - Insuficiente, sem direito aos créditos;

E - Reprovado, sem direito aos créditos;

I - Incompleto, atribuído ao candidato que deixar de completar, por motivo justificado, uma parcela total de trabalho ou provas exigidos e que deverá ser transformado em níveis A, B, C, D ou E, quando os trabalhos forem contemplados nos prazos estabelecidos pela CPG.

§ 1º - O aproveitamento dos créditos de cada disciplina será efetuado mediante a comprovação de frequência mínima de 75% às atividades da disciplina.

§ 2º - Disciplinas da estrutura curricular do PPGCAM, ministradas tanto no formato extensivo como no formato intensivo, permitirão o cancelamento da matrícula das mesmas até o prazo máximo de 25% da duração total da disciplina, contado após o início de suas atividades. A não obediência dos prazos estipulados acarretará a obrigatoriedade da conclusão da disciplina.

ARTIGO 28 - Os discentes do PPGCAM deverão, obrigatoriamente, enviar o Relatório Semestral de Atividades do pós-graduando devidamente avaliado pelo orientador,

anexando documentos comprobatórios das atividades quando for o caso, de acordo com o calendário do Programa, sob pena da não renovação de sua matrícula. A obrigatoriedade do relatório semestral envolve inclusive os pós-graduandos em estágio no exterior.

§ 1º - O Relatório Semestral de Atividades deve seguir o modelo do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais aprovado pela CPG.

§ 2º - O Relatório Semestral de Atividades será avaliado pelo(a) orientador(a), sendo aprovado ou reprovado. Em caso de duas reprovações em semestres distintos, aplica-se a penalidade prevista no Artigo 29, inciso IV.

ARTIGO 29 - Será desligado do PPGCAM o discente que:

I- obtiver, no primeiro período letivo em que cursar disciplina(s), rendimento médio inferior a 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos);

II- obtiver, nos períodos letivos seguintes em que cursar disciplina(s), rendimento acumulado médio menor que 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos);

III- obtiver nível D ou E em disciplinas, por duas vezes;

IV- tiver o Relatório Semestral de Atividades reprovado em dois semestres do curso, conforme Artigo 28.

V- ultrapassar o prazo máximo permitido para realização de disciplinas, Exame de Qualificação e de Exame de Dissertação ou Tese;

VI- for reprovado duas vezes no Exame de Qualificação;

VII- mediante parecer do orientador, considerando que a Dissertação ou a Tese não deve ser submetida à defesa pública;

VIII- for reprovado no Exame de Dissertação ou Tese;

IX- desistir do Curso, pela não renovação de matrícula, prevista no § 5º do artigo 14;

§ 1º - A média a que se refere os incisos I e II deste artigo é a média ponderada (MP) dos valores (Ni) atribuídos aos níveis A, B, C, D e E conforme tabela a seguir, tomando-se por pesos respectivos, os números (ni) de créditos das disciplinas:

A = 4,

B = 3,

C = 2,

D = 1,

E = 0

$$MP = \frac{\sum n_i \cdot N_i}{\sum n_i}$$

ARTIGO 30 - O trancamento de matrícula no PPGCAM pode ser aprovado pela CPG a qualquer momento, por motivo que impeça o discente de frequentar o Curso, mediante justificativa do requerente e ouvido o orientador.

§ 1º -A duração do trancamento é contada a partir da data de sua solicitação, não podendo ultrapassar a data da próxima renovação de matrícula.

§ 2º -Excepcionalmente, se o discente estiver cursando disciplina(s) cujos créditos são necessários para a integralização dos créditos em disciplinas previstos para seu curso, a data de início do trancamento será considerada como a do início das correspondentes atividades letivas.

§ 3º -No caso previsto no § 2º, se alguma outra atividade exigida tiver sido realizada no período, seu resultado não será afetado pelo trancamento.

§ 4º -A qualquer momento, antes da próxima renovação de matrícula, deixando de existir o motivo que impedia o discente de frequentar o curso, sua matrícula pode ser reativada pela CPG, ouvido o orientador.

§ 5º -A CPG pode aprovar um máximo de seis meses de trancamento para alunos do Mestrado e doze meses para alunos de Doutorado..

§ 6º -No caso de trancamento(s) de matrícula, devem ser prolongados, por igual período e mediante análise da CPG, os prazos máximos estipulados para a conclusão do Curso.

ARTIGO 31 - Poderá ser concedido afastamento temporário de até 4 (quatro) meses das atividades para aluna regular, em decorrência de maternidade durante o curso.

§ 1º -O prazo para conclusão do curso fica automaticamente prorrogado por igual período.

§ 2º - Serão exigidos comprovantes de acordo com a legislação vigente.

TÍTULO VII

Do Exame de Qualificação e de Proficiência em Língua Estrangeira

ARTIGO 32 - O Exame de Qualificação é obrigatório para os Cursos de Mestrado e de Doutorado e visa a avaliar o conhecimento do candidato na área de concentração.

§ 2º - Os prazos máximos para solicitação do Exame de Qualificação são de 22 (vinte e dois) meses para o Curso de Mestrado e de 44 (quarenta e quatro) meses para o Curso de Doutorado, contados a partir da data de ingresso do discente no Curso.

§ 3º - Em caso de reprovação, será permitida ao discente uma única repetição do Exame de Qualificação. Neste caso os prazos máximos definidos no § 2º deste artigo poderão ser estendidos em até 2 (dois) meses para a realização do novo Exame.

§ 4º - Os mecanismos e critérios de avaliação do Exame de Qualificação são estabelecidos por meio de normas complementares aprovadas pela CPG.

ARTIGO 33 - O Exame de Proficiência em Língua Estrangeira é obrigatório para os Cursos de Mestrado e de Doutorado e visa avaliar a capacidade do candidato no entendimento e interpretação de textos científicos.

Parágrafo único - Os procedimentos para o Exame de Proficiência seguem normas complementares aprovadas pela CPG

TÍTULO VIII

Das Dissertações e Teses

ARTIGO 34 - Para a obtenção do título de Mestre é exigida Dissertação baseada em trabalho de pesquisa desenvolvido pelo candidato.

ARTIGO 35 - Para a obtenção do título de Doutor é exigida Tese baseada em trabalho de pesquisa inédito desenvolvido pelo candidato.

ARTIGO 36 - Para a obtenção do título de Mestre, exige-se a defesa pública de Dissertação, baseada em trabalho de pesquisa desenvolvido pelo candidato, e que demonstre domínio dos conceitos e métodos no tema de pesquisa, conforme normas complementares aprovadas pela CPG.

§ 1º - A defesa de Dissertação de Mestrado deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da matrícula no curso, podendo, a critério da CPG, ser prorrogado por até seis meses mediante solicitação formal do orientador, que deverá ser acompanhada de relato das atividades realizadas, justificativas da solicitação e plano de atividades no prazo adicional.

§ 2º - A critério da CPG, aos alunos que, para realizar o Curso, não tenham usufruído de bolsa de estudos por período superior a seis meses, poderá ser concedido o prazo de mais seis meses para a defesa da Dissertação.

§ 3º - A homologação do resultado da defesa de Dissertação de Mestrado pela CPG implicará na atribuição de 65 (sessenta e cinco) créditos, de modo a totalizar 100 (cem) créditos entre as disciplinas e a defesa da Dissertação.

§ 4º - A defesa da Dissertação de Mestrado poderá ser realizada somente após um ano a partir da data de matrícula no curso, depois de completados todos os créditos em disciplinas e da aprovação nos Exames de Proficiência em Língua Estrangeira e de Qualificação.

§ 5º - A avaliação da Dissertação será realizada em sessão pública por Comissão Julgadora constituída por três membros efetivos portadores do título de Doutor, dos quais pelo menos um não vinculado ao PPGCAM. Deverão ser indicados dois suplentes, portadores do título de Doutor, dos quais pelo menos um não vinculado ao PPGCAM. Cabe ao orientador a Presidência da Comissão.

§ 6º - A critério da CPG, o coorientador também poderá ser membro da Comissão Examinadora, como membro extra aos previstos no parágrafo anterior.

§ 7º - Ao orientador, membro nato da Comissão Examinadora, caberá a presidência da mesma.

ARTIGO 37 - Para a obtenção do título de Doutor, exige-se a defesa pública de Tese, baseada em trabalho de pesquisa desenvolvido pelo candidato, e que demonstre domínio dos conceitos e métodos no tema de pesquisa, conforme normas complementares aprovadas pela CPG.

§ 1º - A defesa de Tese de Doutorado deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses, a contar da matrícula no curso, podendo, a critério da CPG, ser prorrogado mediante solicitação formal do orientador, que deverá ser acompanhada de relato das atividades realizadas, justificativa da solicitação e plano de atividades no prazo adicional.

§ 2º - A critério da CPG, aos alunos que, para realizar o Curso, não tenham usufruído bolsa de estudos por período superior a seis meses, poderá ser concedido o prazo de mais seis meses para a defesa da Tese.

§ 3º - A homologação do resultado da defesa de Tese de Doutorado pela CPG corresponde a 145 (cento e quarenta e cinco) créditos, de modo a totalizar 200 (duzentos) créditos entre as disciplinas e a defesa da Tese.

§ 4º - A defesa da Tese de Doutorado poderá ser realizada somente após um ano a partir da data de matrícula no curso, depois de completados todos os créditos em disciplinas e da aprovação nos Exames de Proficiência em Língua Estrangeira e de Qualificação.

§ 5º - A avaliação da Tese será realizada por Comissão Julgadora constituída por cinco membros efetivos portadores do título de Doutor, dos quais pelo menos dois não vinculados ao PPGCAM e nem ao quadro de docentes da UFSCar. Deverão ser indicados dois suplentes, portadores do título de Doutor, dos quais pelo menos um não vinculado ao PPGCAM e nem ao quadro de docentes da UFSCar. Cabe ao orientador a Presidência da Comissão.

§ 6º - A critério da CPG, o coorientador também poderá ser membro da Comissão Examinadora, como membro extra aos previstos no parágrafo anterior.

§ 7º - Ao orientador, membro nato da Comissão Examinadora, caberá a presidência da mesma.

ARTIGO 38 - A data da defesa pública da Dissertação ou da Tese deverá ser marcada na Secretaria da CPG, mediante carta do orientador acompanhada dos exemplares da Dissertação ou da Tese, com prazo mínimo de 10 dias úteis antes da data pretendida.

ARTIGO 39 - Na defesa pública de Dissertação ou de Tese, o candidato deverá expor o trabalho realizado em período de pelo menos 30 minutos. Após a exposição, o candidato será arguido pelos componentes da Comissão Julgadora, que expressarão seu julgamento mediante parecer final.

§ 1º -Após a defesa da Dissertação ou Tese, a Comissão Examinadora deverá preparar relatório com o resultado final da avaliação.

§ 2º -O critério de avaliação será expresso em duas categorias: Aprovado ou Reprovado. Será considerado aprovado o candidato que for aprovado pela maioria dos membros da banca.

§ 3º -Caso a maioria dos membros da Comissão Examinadora tenha condicionado a aprovação da Dissertação ou Tese a modificações, a sessão de defesa pública será suspensa por até três meses; o candidato terá prazo de dois meses para depositar a versão corrigida na secretaria do PPGCAm, que enviará essa versão a todos os membros da Comissão Examinadora, que terão então prazo de um mês para emissão do parecer indicando o resultado final da avaliação.

§ 4º -A versão definitiva da Dissertação ou Tese deverá ser depositada na secretaria do PPGCAm, até no máximo dois meses após aprovação do candidato pela Comissão Examinadora. Havendo divergências entre orientador e aluno quanto à versão definitiva da Dissertação ou Tese, caberá à CPG deliberar sobre a continuidade da tramitação dos documentos para expedição do diploma.

ARTIGO 40 - As Dissertações de Mestrado e as Teses de doutorado podem ser redigidas e defendidas em outros idiomas, contanto que uma síntese das mesmas seja apresentada em português, por escrito e na defesa oral.

ARTIGO 41 - Excepcionalmente, se o conteúdo do trabalho envolver conhecimento passível de ser protegido por direitos de propriedade industrial, conforme atestado pelo órgão da UFSCar responsável pela gestão de propriedade intelectual, a CPG aprovará a realização de defesa de Dissertação fechada ao público. Para tal, o orientador e o candidato devem encaminhar solicitação à CPG, acompanhada de termos (com cláusula de confidencialidade e sigilo) devidamente assinados por todos os membros da Banca. A realização da defesa de Dissertação ou Tese fechada ao público dependerá, ainda, de autorização do CoPG (Conselho de Pós-graduação).

Parágrafo único - A realização de defesa de Dissertação ou Tese fechada ao público será realizada segundo normas complementares estabelecidas pela CPG.

TÍTULO IX

Dos Títulos e Certificados

ARTIGO 42 - São requisitos mínimos para a obtenção do título de Mestre, qualificado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais:

I - completar o número mínimo de créditos exigidos pelo Curso de Mestrado, segundo o programa de estudos estabelecido pelo orientador dentro da estrutura curricular, de comum acordo com o candidato e aprovado pela CPG;

II - ser aprovado em Exame de Qualificação;

III - ser aprovado na defesa de Dissertação;

IV - ser aprovado nas demais exigências do Curso.

§ 1º -O aluno que cumprir os requisitos mínimos estipulados neste artigo só fará jus ao respectivo diploma de Mestre em Ciências Ambientais credenciado pelo órgão federal competente após a homologação da documentação correspondente pelo CoPG.

§ 2º -A documentação referida no parágrafo anterior deve ser encaminhada ao CoPG, pela Coordenação do Programa, no prazo máximo de seis meses após a data da defesa da Dissertação.

ARTIGO 43 - São requisitos mínimos para a obtenção do título de Doutor, qualificado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais:

I - completar o número mínimo de créditos exigidos pelo Curso de Doutorado, segundo o programa de estudos estabelecido pelo orientador dentro da estrutura curricular, de comum acordo com o candidato e aprovado pela CPG;

II - ser aprovado em Exame de Tese;

III - ser aprovado na defesa de Dissertação;

IV - ser aprovado nas demais exigências do Curso.

§ 1º -O aluno que cumprir os requisitos mínimos estipulados neste artigo só fará jus ao respectivo diploma de Doutor em Ciências Ambientais credenciado pelo órgão federal competente após a homologação da documentação correspondente pelo CoPG.

§ 2º -A documentação referida no parágrafo anterior deve ser encaminhada ao CoPG, pela Coordenação do Programa, no prazo máximo de seis meses após a data da defesa da Tese.

TÍTULO X

Das Disposições Gerais e Transitórias

ARTIGO 44 - Este Regimento estará sujeito às demais normas de caráter geral estabelecidas para os Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos, através do Conselho de Pós-Graduação.

ARTIGO 45 - Os casos omissos serão resolvidos pela CPG ou pelo CoPG da UFSCar, a pedido do Coordenador do PPGCAM ou por proposta de qualquer membro da CPG.

ARTIGO 46 - Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Pós-Graduação da UFSCar.



ARTIGO 47 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Regimento Interno aprovado na 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais de 18/06/2014, 59ª Reunião Ordinária do Conselho de Centro do Centro de Ciências Biológicas de 01/07/2014 e 61ª Reunião Ordinária do Conselho de Pós-Graduação de 27/08/2014.

Modificações do Regimento Interno aprovadas na 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais de 03/06/2015, 68ª Reunião Ordinária do Conselho de Centro do Centro de Ciências Biológicas de 16/06/2015 e 71ª Reunião Ordinária do Conselho de Pós-Graduação de 26/08/2015.

Modificações do Regimento Interno aprovadas na 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais de 09/02/2017 e 86ª Reunião Ordinária do Conselho de Centro do Centro de Ciências Biológicas de 21/02/2017.

Modificações do Regimento Interno aprovadas na 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais de 12/05/2017, 90ª Reunião Ordinária do Conselho de Centro do Centro de Ciências Biológicas de 20/06/2017 e 89ª Reunião Ordinária do Conselho de Pós-Graduação de 31/05/2017.